



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11898 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

### FORMAÇÃO DOCENTE E DESEMPENHO ESCOLAR: A EQUAÇÃO SEM IGUALDADE

Gloria Figueiredo Costa - UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
Regina Magna Bonifácio de Araújo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

#### **FORMAÇÃO DOCENTE E DESEMPENHO ESCOLAR:**

#### **A EQUAÇÃO SEM IGUALDADE**

Um discurso hegemônico vem sendo disseminado, globalmente, desde as reformas da década de 1990: o de que a educação é o pilar para o desenvolvimento e competitividade dos países (BALL, 2001). Sob essa ótica, as avaliações externas ganharam lugar de destaque nas políticas públicas educacionais e os baixos resultados dos estudantes brasileiros no estudo internacional comparativo Pisa, realizado pela OCDE, foram o mote para a organização do Movimento Todos Pela Educação (TPE). Embora se autodefinha como uma Organização da Sociedade Civil, cujo objetivo é propor e reivindicar políticas públicas educacionais que garantam aprendizagem e igualdade de oportunidades aos estudantes brasileiros, fica evidente, ao se analisar as relações sociais de seus socio-fundadores, que a TPE é uma organização predominantemente composta e representada por diversos grupos empresariais - a quem interessa a transposição da lógica mercadológica para a educação.

Nessa perspectiva, o principal objetivo deste trabalho é questionar os pressupostos que têm pautado as políticas públicas educacionais, especialmente a de formação docente, tendo como premissa que, ao alçá-la ao posto de medida salvacionista e garantidora da qualidade da educação em detrimento de soluções concomitantes para problemas de similar importância, os interesses mercadológicos se consolidaram no âmbito educacional.

Para tanto, este estudo estabelece, a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2019, comparações entre indicadores educacionais que interferem nos processos de ensino e de aprendizagem e, por isso, guardam estreita relação com o desempenho escolar dos

estudantes. Tal discussão justifica-se pela importância de relacionar dados educacionais no bojo das complexidades que lhes são inerentes, de modo que , na compreensão dos fenômenos, não se deixe à margem seus aspectos (micro)contextuais.

De abordagem qualitativa, esta pesquisa foi realizada a partir de dados estatísticos e de pesquisa exploratória documental, cujo método de análise orientou-se pela Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016), tendo sido analisados: 1) o documento “Todos pela Educação – Rumo a 2022”; 2) o Parecer CNE/CP nº 14/2020 – que aprovou a Resolução CNE/CP nº 1/2020; e 3) indicadores do Censo Escolar 2019.

À época de sua fundação, em 2006, o TPE apresentou à sociedade o documento “Todos pela Educação – Rumo a 2022” , constituindo-se, segundo o grupo, como um pacto nacional pela qualidade da educação. A partir da leitura desse documento e da análise das trajetórias das políticas públicas educacionais das últimas décadas, fica evidente que os pressupostos nele contidos culminaram na elaboração das diretrizes nacionais curriculares que norteiam a adequação curricular das bases: BNCC, BNC-Formação e BNC- Formação Continuada.

Chama-se atenção, neste estudo, a disseminação de uma ideia em especial: a de que valorizar o professor, sob a ótica do TPE, é fazer com que ele obtenha índices crescentes de desempenho de seus alunos, associando a responsabilização por esse desempenho como um direito profissional docente. Em razão disso, julgamos pertinente trazer à luz comparações entre indicador de desempenho e outros indicadores educacionais, de modo a, no mínimo, alertar para o fato de que aspectos importantes têm sido alijados nas proposições que visam à melhoria da qualidade da educação.

Nas séries iniciais, a menor média de desempenho (não foram considerados os componentes de fluxo, só de desempenho) no IDEB em 2019 foi do estado do Maranhão (5,1). A maior média de escola pública foi do Paraná ( 6,7) e de escola privada foi de Minas Gerais (7,8). Nas séries finais, a menor média de escola pública foi do Amapá ( 4,5) e as maiores, de escolas públicas e privadas, respectivamente, foram Santa Catarina (5,5) e Minas Gerais (7,1).

A primeira comparação estabelecida foi com o Inse (**Indicador socioeconômico**). Nesse caso, não se fez distinção entre público e privado, posto que os índices das escolas privadas são amostrais. A média do Inse para os estados com menor desempenho foi nível IV (abaixo da média nacional) e para os com maior desempenho foi nível V (acima da média nacional). A relação entre situação socioeconômica e desempenho escolar já foi amplamente discutida e é ponto pacífico entre os pesquisadores (CÉSAR, 2001).

Mas há indicadores poucas vezes levados em consideração nas pesquisas que atrelam desempenho a fatores contextuais. Um deles é o de **Regularidade do Corpo Docente**, que observa a permanência dos professores nas escolas nos últimos cinco anos. Nesse caso, evidenciamos uma discrepância entre as escolas públicas e privadas. O estado com maior

desempenho entre as escolas privadas, Minas Gerais, na faixa de alta regularidade, tem o dobro do estado com menor desempenho entre as escolas públicas, Maranhão. Já na faixa de baixa regularidade, a proporção permanece, mas inversamente, ou seja: na faixa da baixa regularidade docente, Minas Gerais tem a metade do Maranhão. Na prática, professores que criam uma identidade com a escola têm maiores possibilidades de dar continuidade a projetos de médio e longo prazo, por exemplo.

Outro indicador com pouca visibilidade entre as pesquisas é da **Complexidade de Gestão de Escola**. Comparamos esse indicador entre as escolas (das capitais) públicas urbanas com menor desempenho e as públicas e privadas com maior desempenho. Nas séries iniciais, a escola pública com menor desempenho (São Luís – MA) tem uma complexidade de gestão nível 5, enquanto a escola pública com maior desempenho ( Belo Horizonte – MG) tem nível 2. Nas séries finais, a escola pública de menor desempenho ( Macapá – AP) tem nível 6 e a de maior desempenho (Belo Horizonte – MG) tem nível 3. Esse dado é pontual, mas ressalta-se a importância de ampliar e realizar uma pesquisa amostral, a fim de avaliar a potencialidade desse aspecto no desempenho escolar, posto que a gestão escolar tem papel fundamental na realização e integração das práticas docentes.

Dadas as relações preliminarmente estabelecidas, parece-nos improfícua, salvo melhor juízo, a disseminação da ideia de que a formação docente é que irá resolver o fracasso nas escolas e que ela deve se pautar no desenvolvimento de competências, com caráter prescritivo, posto que isso gera uma enorme responsabilidade para o professor individualmente. O foco deve se dar, portanto, em uma formação docente pautada na partilha de reflexões e conhecimentos sobre formação, sem alijar desse processo a importância da compreensão entre teoria e prática, além de se atentar a fatores que guardam relação com o macro contexto.

Por fim, apesar de ser crucial na oferta de educação de qualidade aos estudantes, a formação docente não deveria ser posta em um lugar que parece indicar uma relação direta com o desempenho dos estudantes, como têm sugerido os discursos oficiais normativos, orientados pela lógica mercadológica. Afinal, uma equação matemática pressupõe a existência de uma igualdade, todavia, a “equação” Formação Continuada X Desempenho Escolar só contém incógnitas, as quais devem ser decifradas no interior de seus respectivos contextos, com o objetivo de pautar ações coordenadas e promover soluções concomitantemente.

**Palavras-chave:** Formação docente. Políticas Educacionais. Indicadores educacionais. Desempenho escolar.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação.

Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, pp. 99-116, jul./dez. 2001.

CÉSAR, C. C.; SOARES, J. F. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. Revista Brasileira de Estudos de População, [S. l.], v. 18, n. 1/2, p. 97–110, 2001. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/346>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FAIRCLOUGH, N. (2016). Discurso e mudança social. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2019. Brasília: MEC, 2020.BRASIL.